

Brasília, 30 de maio de 2025.

RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASUBRA SOBRE O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DO RSC-TAE

1. Descrição do instrumento de pesquisa e considerações metodológicas iniciais

O questionário de levantamento de informações sobre o RSC-TAE, organizado pela FASUBRA Sindical, foi aplicado durante um intervalo de 11 dias (compreendido entre as datas de 04 a 14 de abril de 2025), como parte integrante de uma pesquisa mais ampla sobre os fazeres e saberes institucionalmente não reconhecidos, realizados pelos servidores do PCCTAE.

A intenção inicial, de se produzir um levantamento unificado e coeso, alicerçado nos entendimentos e pactuações até então estabelecidos, foi tornada inviável em razão do lançamento, operado de maneira unilateral e sem diálogo prévio, de formulário por nossa entidade coirmã no PCCTAE¹. Essa escolha não só desconsiderou a unidade política em construção desde a greve de 2024, como, metodologicamente, implicou na redução da potência estatística da análise pela cisão da base amostral.

Diante da impossibilidade de atuação coletiva e considerando a necessidade de compreender, em maior profundidade, as especificidades de suas bases – que, em geral, tendem a se concentrar mais nos grandes centros urbanos, possuem uma complexa estrutura de hospitais universitários e colégios de aplicação e cujas atividades finalísticas e de suporte voltam-se com mais ênfase à pesquisa e ao ensino superior – a FASUBRA optou por produzir seu próprio instrumento de pesquisa, de forma a contemplar as características particulares das Instituições Federais de Ensino (IFE) que integram sua base e obter dados mais condizentes com a realidade da parcela da categoria que representa.

O instrumento, fundamentado nos entendimentos teórico-metodológicos consolidados no interior do Grupo de Trabalho Reconhecimento de Saberes e Competências (GT-RSC) da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), teve por objetivo apurar, em âmbito nacional, se os critérios de avaliação acerca dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos pelos servidores, ao longo das suas trajetórias profissionais, apresentavam adequação aos requisitos projetados pelo GT-RSC da CNSC para obtenção dos diferentes níveis de RSC-TAE.

¹ Sobre o assunto, ver: <https://FASUBRA.org.br/geral/posicionamento-da-FASUBRA-sobre-a-divulgacao-do-formulario-de-requisitos-para-rsc/>

Dito de outra forma, buscou-se saber em que medida o conjunto de 87 itens que atualmente compõem o Rol de Saberes e Competências reflete os conhecimentos e habilidades desenvolvidos pelos servidores a partir de suas experiências individuais e profissionais, assim como no exercício das atividades que realizam na esfera institucional. E, no caso daqueles respondentes que, porventura, não se achavam nesse rol contemplados, que melhorias consideravam necessárias para ampliar o escopo de aplicação ou facilitar o entendimento geral dos itens apresentados. Posto, por outro lado, que algum conhecimento ou habilidade não pudesse ser assimilado por nenhum dos itens já contidos no rol, na última seção do questionário, abriu-se a possibilidade de se propor a inclusão de um novo item, a partir da definição de um título e uma descrição correspondente.

Cabe destacar que o atual macromodelo, ainda em fase de construção, se apoia sobre quatro pressupostos fundamentais:

- 1º pressuposto. O RSC-TAE é devido a todos os servidores e servidoras integrantes da carreira PCCTAE;
- 2º pressuposto. O RSC-TAE deve ser isonômico para todos os níveis de classificação, sejam quais forem os requisitos para ingresso nos cargos;
- 3º pressuposto. O RSC-TAE deve ocorrer por meio da equivalência remuneratória ao percentual de Incentivo à Qualificação (IQ) imediatamente superior à atual titulação formal do servidor (devendo se buscar implementar um percentual para os portadores do título de doutorado); e,
- 4º pressuposto. O RSC-TAE deve considerar, a cada cálculo da pontuação necessária para obtenção dos níveis subsequentes, todo o acervo funcional do servidor².

2 - Isso significa que um servidor que ingressou na carreira com o título de especialista e alcançou os requisitos necessários para fazer jus ao RSC-V (equivalente ao percentual de IQ de mestrado), caso venha a concluir um mestrado, poderá pleitear o RSC-VI (equivalente ao percentual de IQ de doutorado) apenas pela obtenção da diferença de pontuação entre o RSC-V e o RSC-VI. Colocado de outra forma, os pontos que acumulou para atingir o RSC-V passaram a integrar permanentemente o acervo funcional do servidor, não sendo necessário obtê-los novamente para fins de progressão no RSC-TAE.

Baseados nesses pressupostos, o macromodelo opera a partir de três requisitos, a serem cumulativamente alcançados, para se obter o reconhecimento legal dos saberes e competências, a saber:

1º requisito. Nível de escolaridade formal;

2º requisito. Pontuação total mínima a ser atingida; e,

3º requisito. Quantidade suficiente de itens do rol a serem pontuados por nível de RSC-TAE.

Dado a heterogeneidade das bases que compõem a FASUBRA, no que se refere à correlação interna de forças, à estrutura física e aos recursos logísticos disponíveis, a CNSC adotou um formato de aplicação assíncrono e remoto, utilizando uma amostragem por conveniência e tendo como população-alvo os servidores do PCCTAE pertencentes às bases das entidades sindicais vinculadas à Federação. Como forma de atenuar os possíveis efeitos prejudiciais decorrentes da ausência de aplicadores treinados, no dia anterior a abertura do questionário (03/04), organizou-se uma live³ para a apresentação do instrumento, explicando passo a passo como preenchê-lo, e, no dia subsequente à live (04/04), um plantão de dúvidas, para dirimir eventuais questionamentos e perguntas que pudessem restar.

Os dados que serão apresentados na próxima seção deste documento tratam-se dos resultados primários obtidos por meio do questionário de levantamento de informações sobre o RSC-TAE. Para que sejam tornados representativos da categoria numericamente mais expressiva, territorialmente mais espalhada, possuidora do mais amplo rol de cargos e da maior diversidade de ambientes organizacionais de atuação de todo o serviço público federal, os dados fornecidos pelos participantes serão submetidos a 3 etapas de análise, quais sejam:

1ª etapa.

[já concluída] Sistematização e tratamento do agregado de dados brutos, o incluiu a exclusão dos respondentes vinculados à base do SINASEFE e de outras categorias não pertencentes ao PCCTAE, o ajuste manual de informações preenchidas de maneira incorreta, anonimização dos dados pessoais que pudessem levar a identificação dos respondentes (em observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados), entre outras medidas correlatas;

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/QrGU1CJUfQE>

2ª etapa.

[em andamento] Processamento dos dados tratados. Nesta etapa buscar-se-á analisar o perfil dos respondentes e estabelecer, com base nas respostas apresentadas, os percentuais daqueles que são capazes de alcançar os requisitos mínimos projetados para obtenção dos RSC-TAE, de acordo com seus respectivos níveis de escolaridade. É aqui que procurar-se-á entender de que forma as múltiplas variáveis avaliadas (região, localização do campus, situação do vínculo, tempo de serviço, lotação em HU, trabalho noturno ou em regime de escala de plantão, e assim por diante) interferem no atingimento dos itens do rol.

3ª etapa.

[aguardando processamento] Inferenciação dos dados processados. Nessa etapa utilizar-se-á o método estatístico para, a partir da observação da amostra alcançada pelo questionário, testar hipóteses e tirar conclusões sobre os efeitos da aplicação do macromodelo sobre a população de interesse da pesquisa (isto é, o todo de servidores PACCTAE que atualmente compõem a base da FASUBRA).

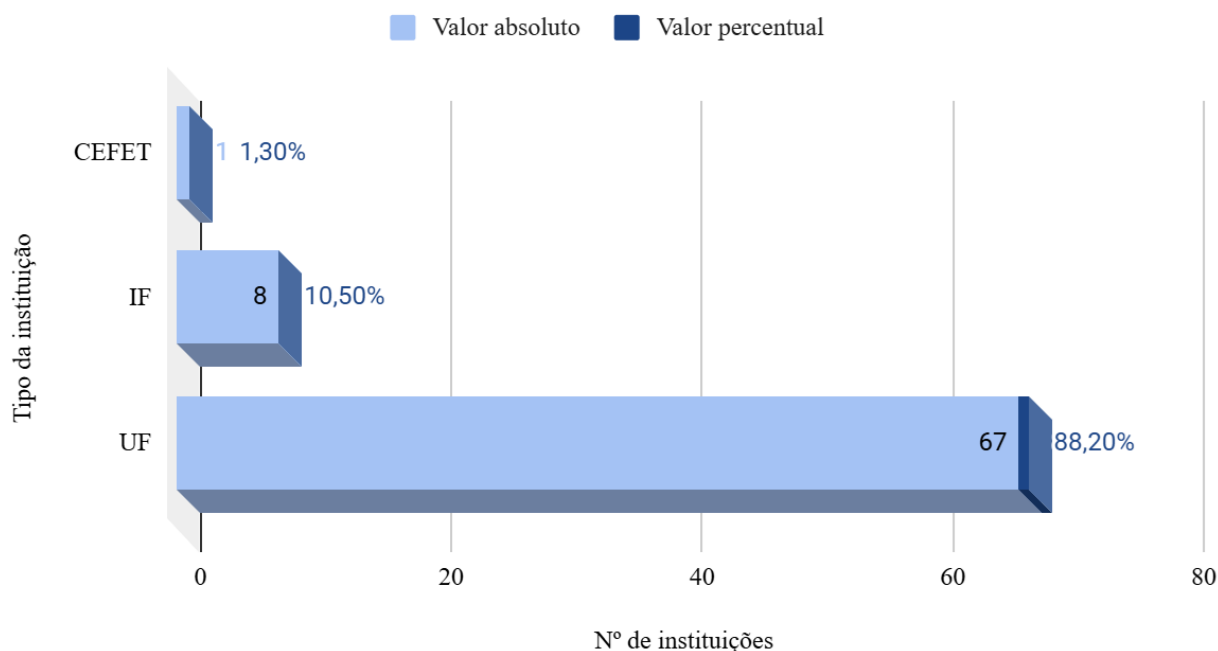
A produção resultante da supra referida análise comporá um relatório, organizado pela CNSC-FASUBRA, que servirá tanto para prover os ajustes necessários nos critérios de obtenção, no rol de itens e nas formas de pontuação (no sentido de democratizar o acesso ao RSC-TAE), quanto para subsidiar as negociações com o governo.

2. Achados preliminares

Responderam ao questionário 10.907 Técnico-Administrativos em Educação de 76 Instituições Federais de Ensino cujas entidades sindicais são filiadas à FASUBRA, sendo 1 Centro Federal de Educação Tecnológica (representando 1,3% das IFE participantes), 8 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (10,5%) e 67 Universidades Federais (88,2%). O número total de respondentes correspondeu a 4,84% dos 225.251 servidores integrantes do PCCTAE à época do levantamento (considerando ativos, aposentados e instituidores de pensão)⁴.

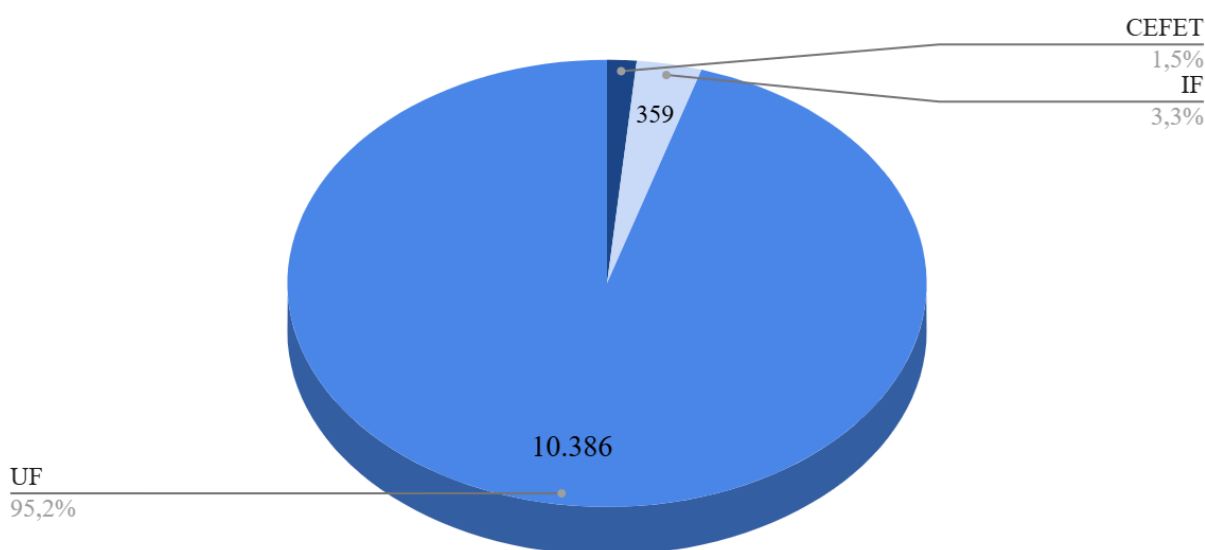
⁴ Adotando-se uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 99%, para uma população de 225.251 servidores PCCTAE, o resultado do cálculo amostral indica que seriam necessários 664 servidores respondentes (0,29% do total de servidores da carreira) para tornar a amostra viável para tratamento estatístico. O número de respostas obtidas ultrapassa em quase 16,5 vezes esse resultado.

Distribuição das IFE participantes por TIPO



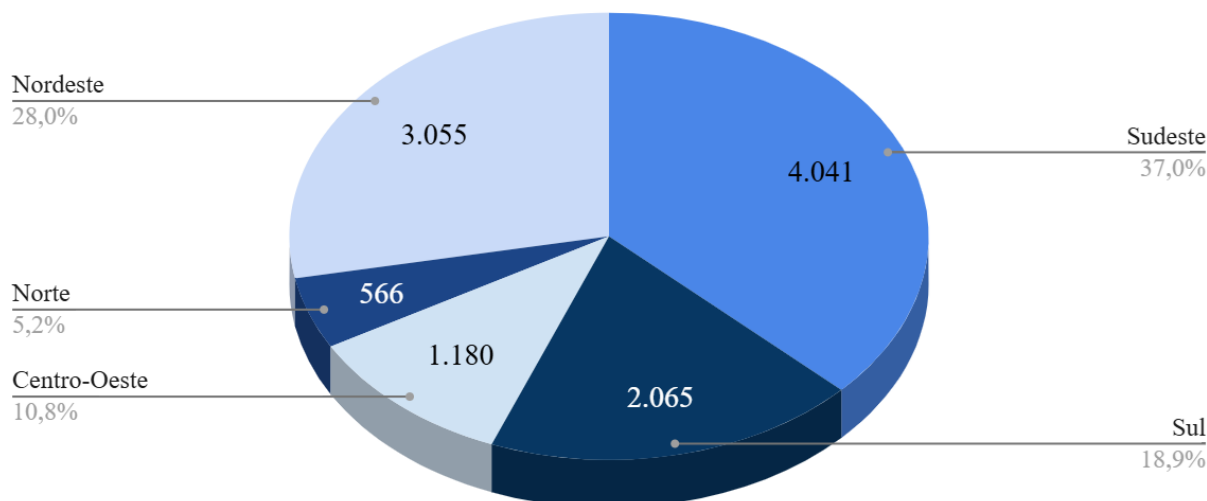
No tocante a distribuição dos respondentes por tipo de IFE, 162 informaram estar vinculados a um Centro Federal de Educação Tecnológica (1,5% do todo amostral), 359 a um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (3,3%) e 10.386 a uma Universidade Federal (95,2%).

Distribuição dos respondentes por tipo de IFE



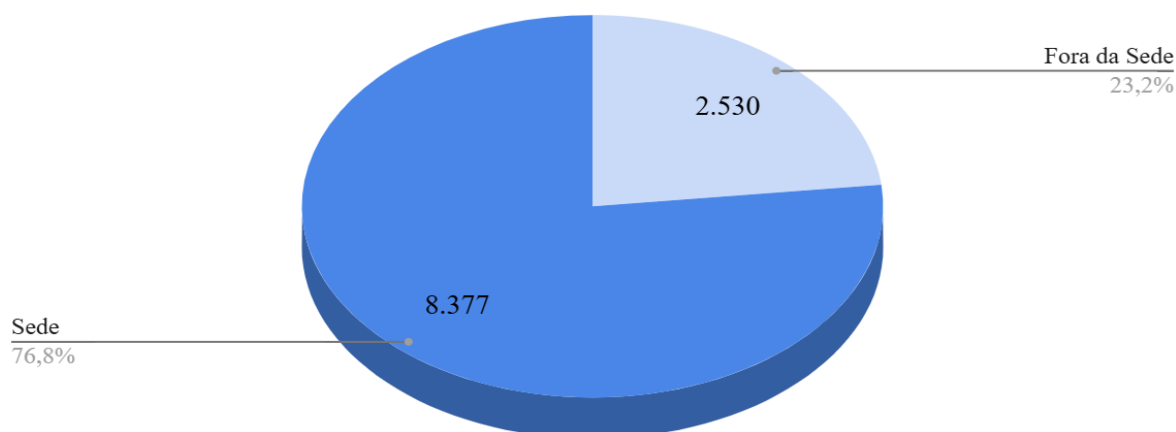
Em relação a região territorial das IFE dos respondentes, 566 informaram pertencer a região Norte do país (5,2% do agregado de dados), 1.180 a região Centro-Oeste (10,8%), 2.065 a região Sul (18,9%), 3.055 a região Nordeste (28%) e 4.041 a região Sudeste (37%).

Distribuição dos respondentes por REGIÃO



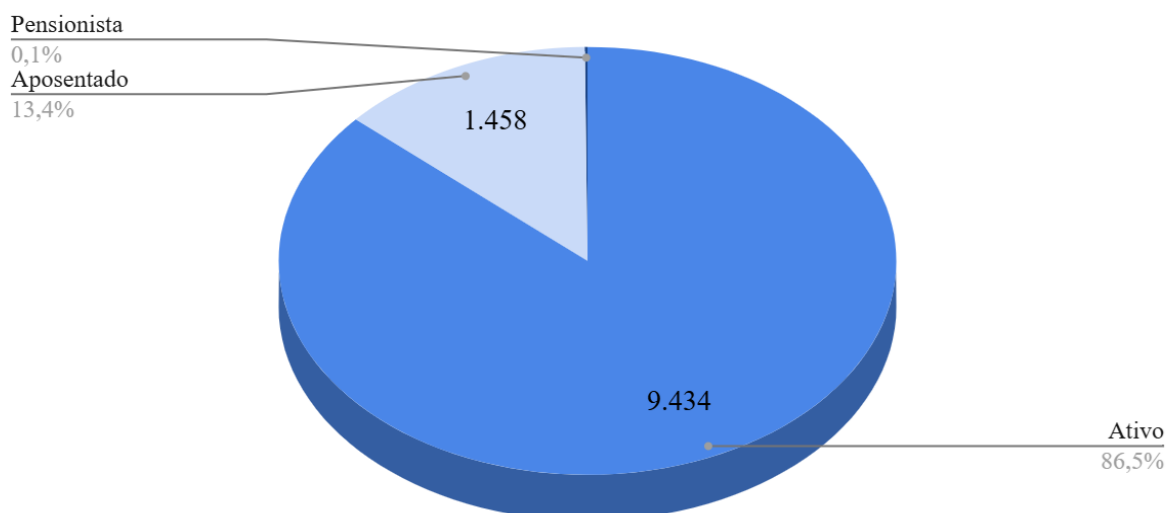
Quanto à localização dos campi aos quais estão vinculados, 2.530 dos respondentes informaram estar localizados fora das sedes de suas IFE (23,2% da base amostral) e 8.377 localizados nas sedes (76,8%).

Distribuição dos respondentes por LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS



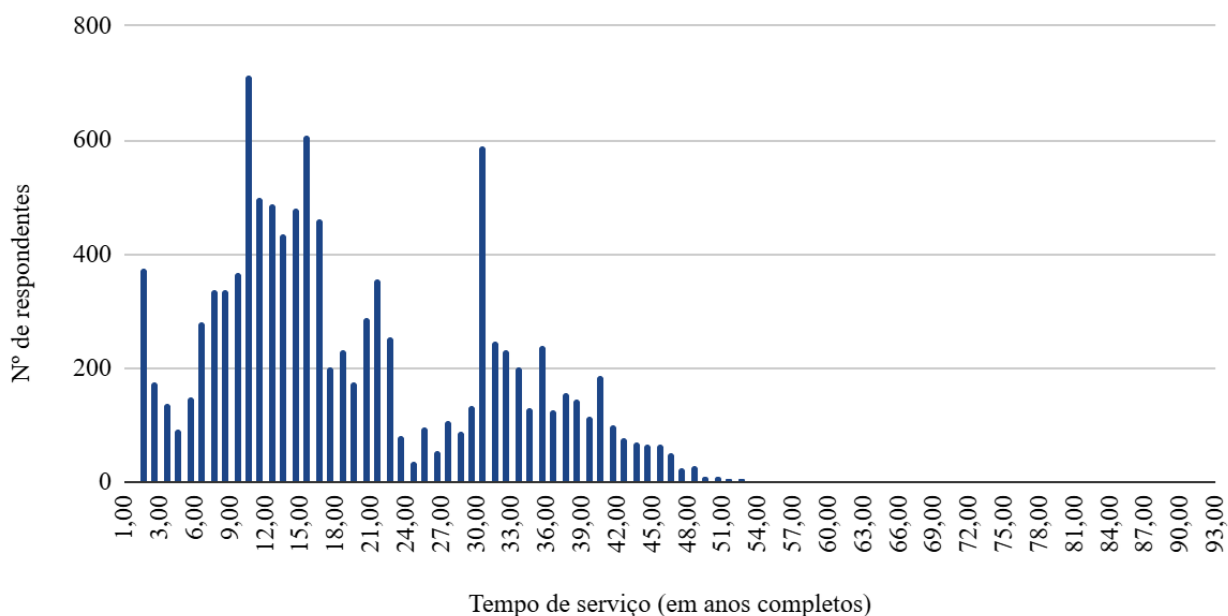
Quanto à situação atual do vínculo, do total de respondentes, 15 se identificaram como pensionistas (0,1% da amostra), 1.458 como aposentados (13,4%) e 9.434 como ativos (86,5%).

Distribuição dos respondentes por SITUAÇÃO DO VÍNCULO



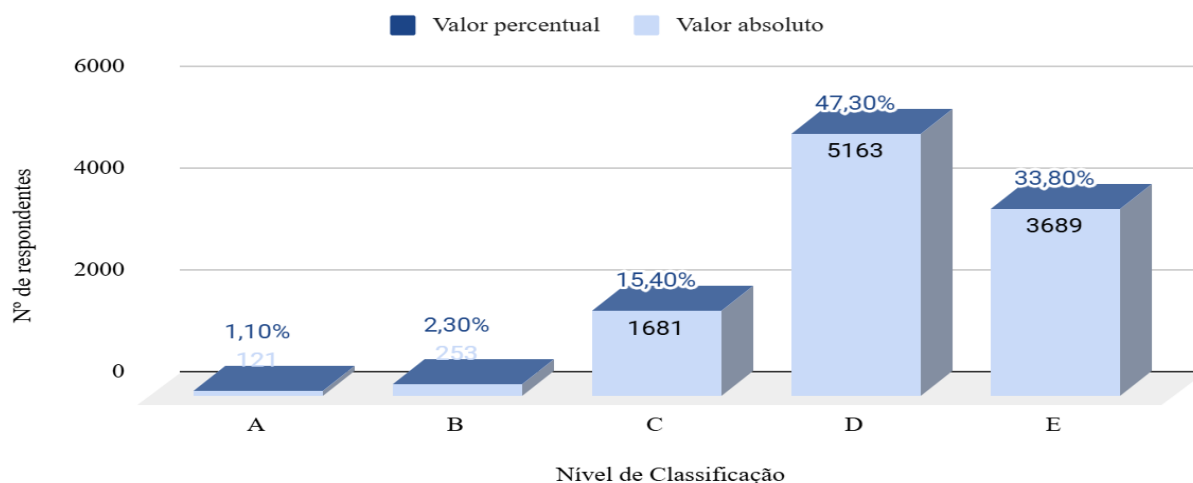
A distribuição dos respondentes de acordo com o tempo de serviço segue no gráfico abaixo, com destaque para a maior parte das contribuições com 10 anos de serviço na carreira PCCTAE, seguidos de 15 anos e de 30 anos.

Distribuição dos respondentes por TEMPO DE SERVIÇO NA CARREIRA



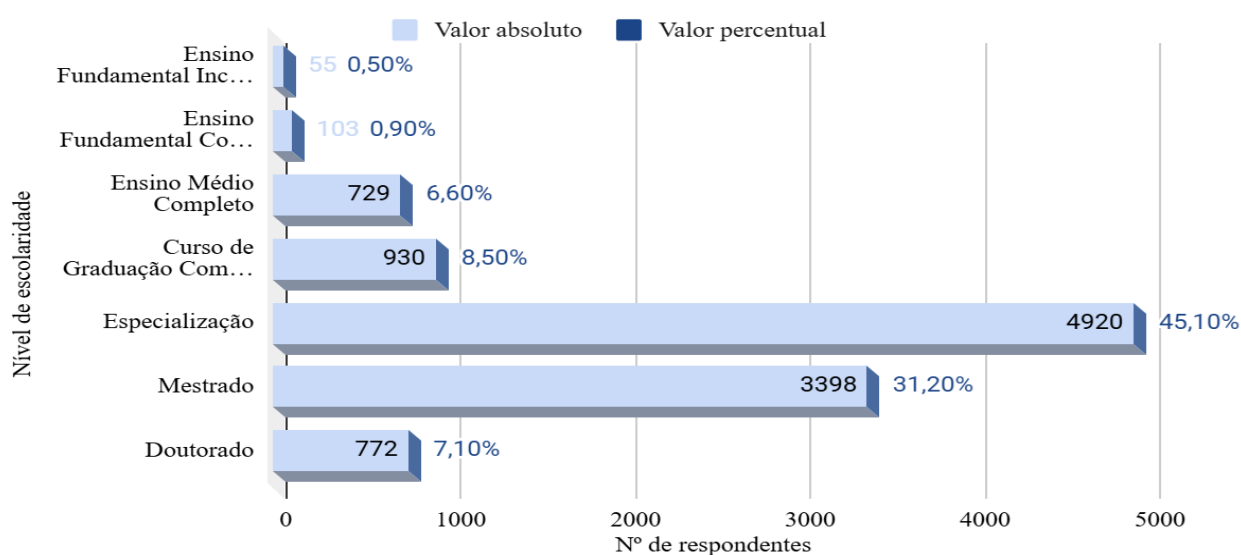
No que diz respeito ao nível em que estão classificados na carreira, 121 respondentes se identificaram como pertencentes ao nível A (1,1% do agregado), 253 ao nível B (2,3%), 1.681 ao nível C (15,4%), 5.163 ao nível D (47,3%) e 3.689 ao nível E (33,8%).

Distribuição dos respondentes por NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO



A distribuição dos respondentes de acordo com o nível de escolaridade formal é apresentada no gráfico que se segue. Segundo os dados obtidos, 55 respondentes possuem Ensino Fundamental Incompleto (0,5%), 103 Ensino Fundamental Completo (0,9%), 729 Ensino Médio Completo (6,6%), 930 Curso de Graduação Completo (8,5%), 4.920 Especialização (45,1%), 3.398 Mestrado (31,2%) e 772 Doutorado (7,1%).

Distribuição dos respondentes por NÍVEL DE ESCOLARIDADE FORMAL

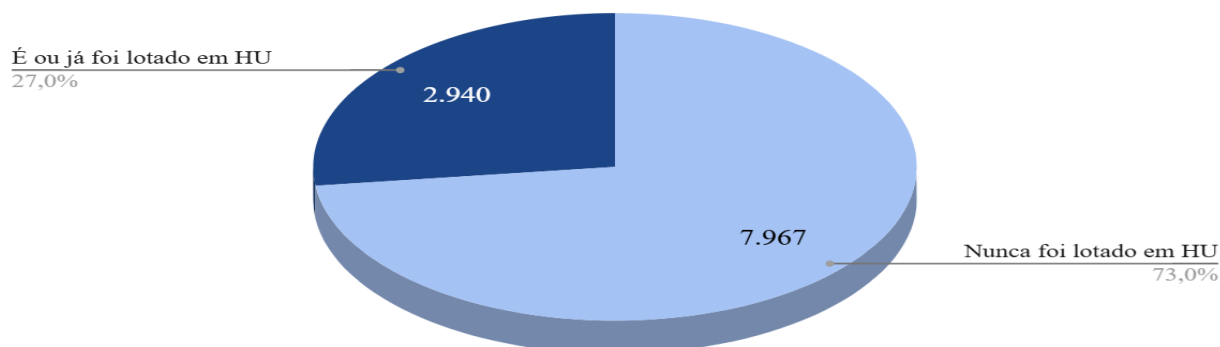


Ocupantes de 200 diferentes cargos do PCCTAE, ativos, em extinção e extintos, participaram do levantamento de informações sobre o RSC-TAE, com as 10 mais frequentes contribuições quanto ao cargo ocupado aduzidas na tabela abaixo:

Denominação do Cargo	Contribuições em valores absolutos	Contribuições em valores percentuais
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	2728	25%
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	867	7,9%
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	783	7,2%
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	464	4,3%
AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO	438	4%
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	420	3,9%
ADMINISTRADOR	417	3,8%
BIBLIOTECÁRIO - DOCUMENTALISTA	344	3,2%
ENFERMEIRO	341	3,1%
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	203	1,9%

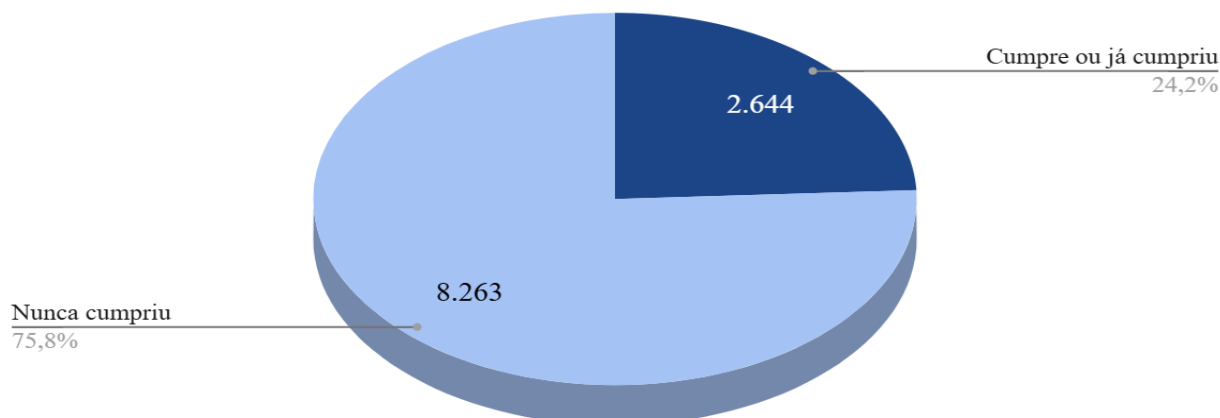
Quando perguntados se são ou já foram lotados em Hospitais Universitários, 2.940 respondentes afirmaram serem ou já terem sido lotados nesse ambiente laboral (27%), ao passo que 7.967 afirmaram que não (73%).

Distribuição dos respondentes segundo lotação (atual ou prévia) em Hospitais Universitários



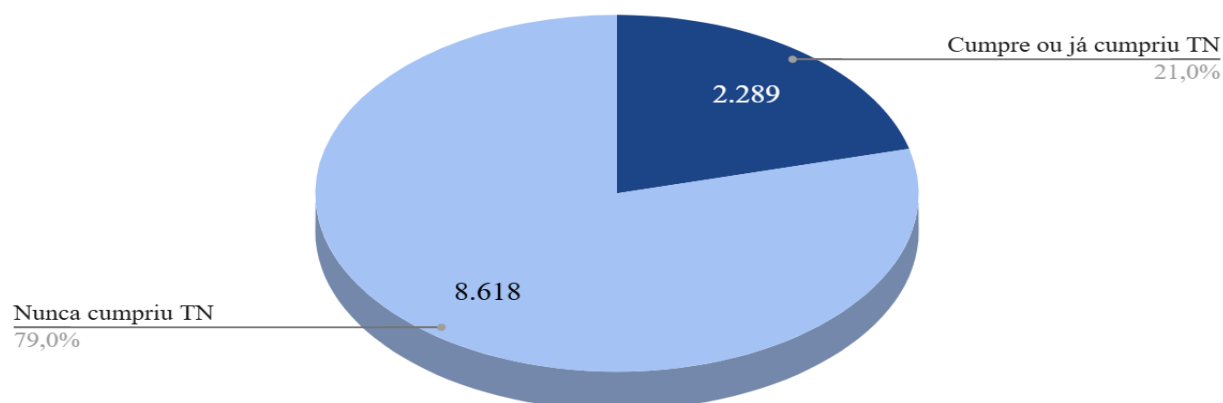
Quando perguntados se trabalham ou já trabalharam em regime de escala de plantão, 2.644 respondentes afirmaram trabalhar ou já terem trabalhado nesse regime (24,2%) à proporção que 8.263 afirmaram que não (75,8%).

Distribuição dos repondentes segundo jornada de trabalho (atual ou prévia) em regime de escala de plantão



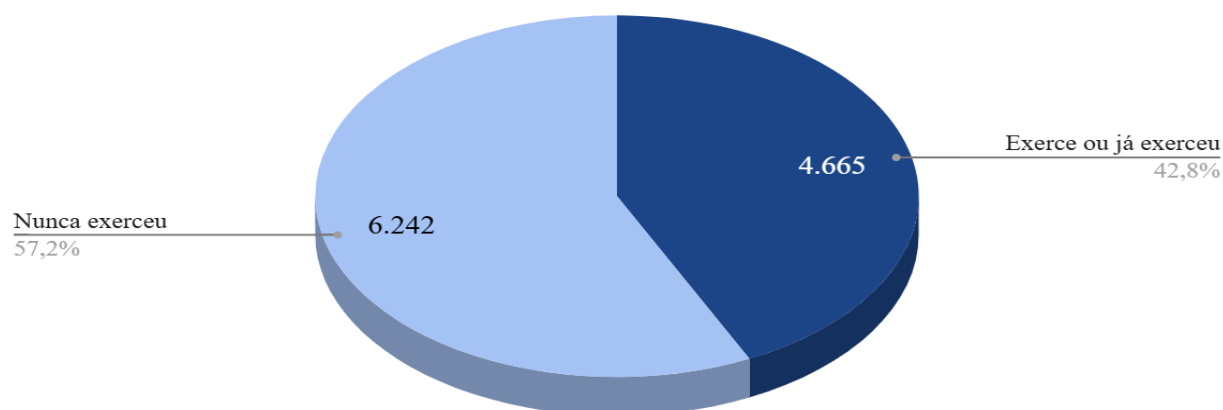
Quando perguntados se trabalham ou já trabalharam em período noturno, 2.289 respondentes afirmaram trabalhar ou já terem trabalhado nesse período (21%), enquanto 8.618 afirmaram que não (79%).

Distribuição dos respondentes segundo jornada de trabalho (atual ou prévia) em período noturno



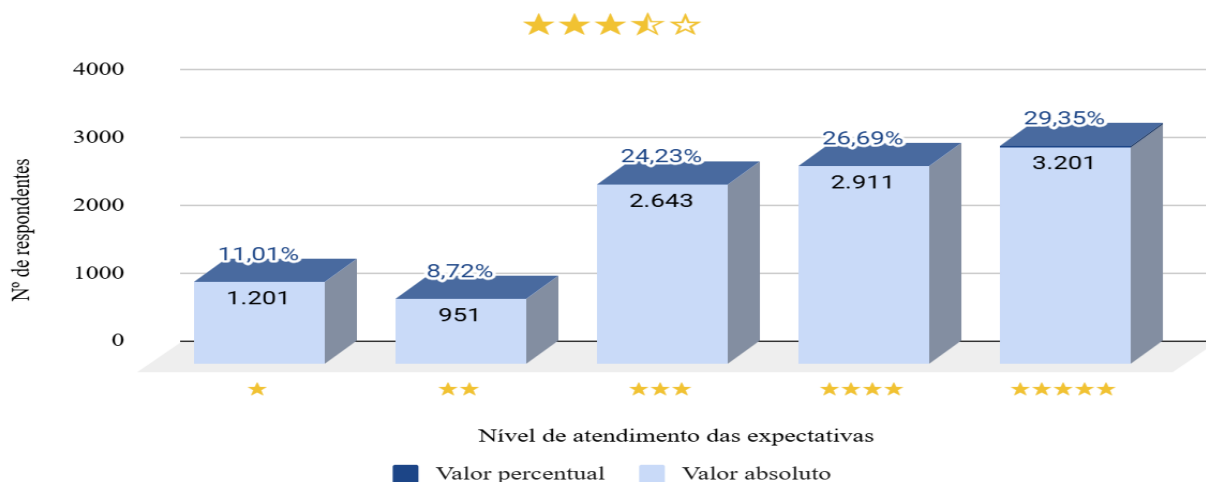
Quando perguntados se exercem ou já exerceram algum cargo em comissão ou função de confiança, 4.665 respondentes afirmaram exercer ou já terem exercido alguma função dessa natureza (42,8%) à medida que 6.242 afirmaram que não (57,2%).

Distribuição dos respondentes de acordo com o exercício (atual ou prévio) de cargo comissionado ou função de confiança



Quando solicitados a avaliar se rol de saberes e competências apresentado atendeu suas expectativas, numa escala de 1 (NÃO ATENDEU MINHAS EXPECTATIVAS) a 5 estrelas (ATENDEU PLENAMENTE MINHAS EXPECTATIVAS), 1.201 respondentes avaliaram o rol com 1 estrela (11,01% do todo amostral), 951 avaliaram o rol com 2 estrelas (8,72%), 2.643 avaliaram o rol com 3 estrelas (24,23%), 2.911 avaliaram o rol com 4 estrelas (26,69%) e 3.201 avaliaram o rol com 5 estrelas (29,35%). O total de respostas compôs uma avaliação média de 3,52 estrelas.

Avaliação dos respondentes sobre o rol de saberes e competências



DIREÇÃO NACIONAL

CNSC

REUNIÃO DO COMITÊ DE MULHERES DA ISP

O Comitê de mulheres da ISP esteve reunido em Brasília nos dias 26 e 27 de maio. A FASUBRA foi representada pelas companheiras Márcia Abreu e Socorro Marzola.

Durante a reunião foram tratados diversos temas:

- Plano nacional de cuidados;
- Combate à violência de gênero e assédio;
- Planejamento das atividades do Comitê;
- Articulação para aprovação da Convenção 190; e
- Conferência nacional de políticas para as mulheres.

No segundo dia foram distribuídas cartas aos parlamentares em defesa da Convenção 190. O objetivo central desta atividade foi pressionar pela ratificação da Convenção 190 da OIT no Brasil. Esta Convenção, já aprovada em diversos países, trata do enfrentamento a violência de gênero e assédio no ambiente de trabalho.

A reunião também foi preparatória para a Conferência de políticas para as mulheres, que será realizada de 29 de setembro a 1 de outubro, em Brasília.

Serão realizadas conferências municipais, estaduais, regionais e livres como preparação para o encontro nacional.

A **5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, que acontece entre os dias 29/09 e 01/10/2025, tem como tema "**Mais direitos, participação e poder para as mulheres**" e abordará diversos eixos temáticos cruciais para a construção de um futuro mais justo e igualitário para as mulheres. Esses eixos incluem a igualdade no mundo do trabalho, a autonomia econômica das mulheres, a educação inclusiva, a saúde integral e a garantia dos direitos, entre outros.

Eixos Temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2025):

1- Economia do Cuidado:

Discussão sobre o papel das mulheres na economia do cuidado e a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem esse trabalho.

2- Mudanças Climáticas:

Análise dos impactos das mudanças climáticas nas mulheres e busca por soluções que contemplem a perspectiva feminina.

3- Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres:

Debates sobre a desigualdade salarial, a divisão desigual do trabalho doméstico e a necessidade de políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

4- Educação Inclusiva, Igualitária e Democrática:

Discussão sobre a importância da educação como ferramenta de empoderamento das mulheres e a necessidade de garantir acesso a uma educação de qualidade para todas.

5- Saúde Integral das Mulheres e Garantia dos Direitos:

Debates sobre a saúde integral das mulheres, incluindo saúde sexual e reprodutiva, e a necessidade de garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade.

6- Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres:

Discussão sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres, incluindo violência física, psicológica, sexual e política, e busca por políticas que promovam a prevenção e o combate à violência.

7- Mulheres em Espaços de Poder e Decisão:

Debates sobre a importância da participação política das mulheres e a necessidade de garantir sua representação em espaços de poder e decisão.

8- Mulheres no Esporte:

Discussão sobre o papel das mulheres no esporte e a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades e a promoção da prática esportiva para todas.

9- Estrutura Demográfica:

Análise dos dados sobre a população feminina brasileira e sua relação com as outras questões abordadas na conferência

REUNIÃO COM O MGI.

Na sexta feira 23/05, após a desastrosa reunião no MGI, na qual o Secretário Feijó deu por encerrado o GT e a mesa de negociação, apresentando como resposta, um redondo NAO a toda pauta que estava em negociação: as 30 horas; o reposicionamento dos aposentados; a escala de plantão 12x60h; a carga horária das profissões regulamentadas e reabertura de prazo para adesão ao PCCTAE.

O Secretário não convocou uma reunião para discussão dos pontos, mas para dar informes de forma arbitrária e unilateral sobre fim do processo de negociação. O Secretário simplesmente disse NÃO a todos os pontos, sem abrir espaço para que as entidades sindicais presentes pudessem argumentar. Os representantes da FASUBRA ficaram indignados com a forma como a Categoria foi destrutada pelo Secretário. Imediatamente após sair da reunião, que não durou 30 minutos.

FASUBRA SOLICITOU REUNIÃO COM A SESU

A direção da FASUBRA solicitou uma reunião com o MEC e foi atendida pelo Secretário da Sesu, prof. Marcos Vinícius David. Nessa reunião, os representantes da FASUBRA relataram a situação constrangedora ocorrida no MGI e a forma como o Secretário Feijó havia negado e encerrado as negociações de forma autoritária e unilateral.

A representação da FASUBRA colocou a sua impressão de que as negociações foram

encerradas por retaliação do MGI por causa das regras de transição que foram empurradas goela abaixo, após do posicionamento do MEC e dos reitores e reitoras das universidades e institutos federais. Enfatizou, ainda, o posicionamento da Federação sobre a importância do protagonismo do MEC na discussão destes temas que constam do Acordo de Greve como pontos a serem debatidos no MEC e não no MGI. A representação da FASUBRA solicitou, mais uma vez, que o Secretário levasse ao Ministro Camilo Santana a reivindicação de continuidade das negociações e as pautas que foram acordadas no termo de acordo para discussão no âmbito do MEC. O Secretário se comprometeu a informar o Ministro sobre a questão apresentada.

FASUBRA REALIZA REUNIÃO COM ENTIDADES EM DEFESA DA RECOMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Na tarde desta terça-feira (27), a FASUBRA Sindical promoveu uma reunião em sua sede com representantes de diversas entidades da educação e do movimento estudantil, com o objetivo de articular ações contra os cortes no orçamento das Instituições Federais e Estaduais de Ensino e reforçar a defesa pela recomposição orçamentária.

Participaram do encontro representantes do Andes, SINASEFE, UNE, UBES, UESDF, ANPG e FENET, além das coordenadoras da FASUBRA Maristela Piedade, Agar Pereira, Abadia Calacia e dos coordenadores Lenilson Santana, João Daniel, Mário Júnior e Fernando Bandeira.

Durante a reunião, cada entidade apresentou um panorama das ações que vêm sendo realizadas, destacando a crítica situação orçamentária das instituições que atuam. Um dos principais pontos debatidos foi o ato nacional programado para o próximo dia 29 de maio, organizado pelo movimento estudantil, que reivindica a recomposição total dos recursos para a educação.

Para além do ato dia 29 de maio, as/os participantes também discutiram estratégias conjuntas para fortalecer a mobilização nacional em defesa das Instituições Federais de Ensino. As entidades ressaltaram a necessidade de unidade entre trabalhadora/es e estudantes, considerando os sucessivos cortes orçamentários que ameaçam o

funcionamento e a manutenção dessas instituições de ensino em todo o país.

Também foi pautado e informado sobre a data base de reajuste salarial das universidades Estaduais de São Paulo cujo aumento de 5,51% oferecido pelo CRUESP não cobre nem a inflação do último ano, sendo necessário avançar o debate para a recomposição salarial que é de 17,5%. Diante da negativa de negociação do presidente do CRUESP, atual reitor da Unicamp, o Fórum das seis entidades está avaliando possível greve para pressionar o CRUESP.

O encontro reforçou a importância da luta coletiva em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, como um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Ficou acordado uma construção conjunta de mobilização para 26 de junho, tendo como pauta central recomposição integral do orçamento das Instituições Federais e Estaduais de Ensino, e pela retirada da educação das regras do arcabouço fiscal.

ENCONTRO COM O FORGEPE REFORÇA ARTICULAÇÕES

A FASUBRA participou de reunião com o Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (FORGEPE), vinculado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). A reunião faz parte da estratégia da entidade de buscar apoio político e pressionar as administrações superiores pelo pleno cumprimento do Termo de Acordo da Greve de 2024, especialmente após o que considerou um resultado insatisfatório na reunião do Grupo de Trabalho (GT) do PCCTAE no Ministério da Gestão e da Inovação (MGI).

Na ocasião, a FASUBRA cobrou dos pró-reitores o empenho na aplicação das regras de transição da Progressão por Mérito e da Aceleração da Progressão por Capacitação para todos os servidores aposentados e aposentadas, além de apoio às propostas apresentadas pela entidade na CNSC/MEC.

Como encaminhamento, o FORGEPE assumiu o compromisso de formar, junto com a FASUBRA, um grupo técnico para estudar e construir medidas técnicas e jurídicas que garantam a aplicação das regras de transição e a conclusão dos pontos pendentes do acordo.

Compromisso com a categoria

A intensa agenda da FASUBRA nesta quinta-feira reforça o compromisso da entidade na defesa dos direitos dos técnico-administrativos em educação e na busca por avanços concretos na carreira, na democratização das IFES e no cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve de 2024.

NOTA DE APOIO À MINISTRA MARINA SILVA

A FASUBRA Sindical — Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — manifesta seu mais veemente repúdio ao deprimente episódio de desrespeito sofrido pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, no Senado Federal, durante sua participação em audiência pública nesta semana.

O ataque desferido contra a Ministra, além de misógino, racista e profundamente desrespeitoso, representa uma afronta à democracia, ao debate público qualificado e à dignidade humana. Não se trata apenas de um ataque pessoal, mas de um atentado aos valores republicanos e à luta histórica de mulheres, negras e negros, e militantes ambientais, cuja trajetória a Ministra Marina Silva simboliza com honra e coragem.

A FASUBRA reitera que o ambiente parlamentar deve ser espaço para o diálogo civilizado, a crítica fundamentada e o respeito mútuo, especialmente com autoridades públicas que dedicam sua trajetória à defesa de causas coletivas tão urgentes como a proteção ambiental e a justiça climática.

Expressamos nossa total solidariedade à Ministra Marina Silva, figura pública de reconhecida integridade, e reforçamos a necessidade de combater, com firmeza, todas as formas de violência política de gênero e raça.

Seguiremos vigilantes e atuantes na defesa da democracia, dos direitos humanos e de um Brasil mais justo, inclusivo e sustentável.

DISCUSSÃO SOBRE O DECRETO DO PCCTAE

A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC/MEC) debateu a minuta do decreto

que regulamentará as atribuições de todos os cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), incluindo os recém-criados cargos amplos: Analista em Educação (Nível E) e Técnico em Educação (Nível D), com suas respectivas áreas e especialidades.

Na ocasião, a FASUBRA apresentou propostas importantes, entre elas a criação do cargo amplo de Auxiliar de Educação (Nível C). A intenção é recuperar funções necessárias e permanentes, atualmente terceirizadas, que pertenciam aos antigos cargos dos Níveis de Classificação A e B. Além disso, foi defendida a criação da especialidade de Proteção e Segurança Institucional para o cargo de Técnico em Educação (Nível D).

Segundo a entidade, o objetivo é valorizar e ampliar as atribuições da atual vigilância, garantindo a proteção e segurança institucional, a integridade patrimonial e ambiental das instituições, promovendo um ambiente seguro para toda a comunidade acadêmica. O debate será concluído na próxima segunda-feira, dia 2 de junho.

Garantir essas propostas é fundamental para iniciar a discussão da Racionalização de Cargos, conforme reivindicação da categoria aprovada em plenária.

REUNIÃO BILATERAL COM O MEC

As coordenadoras Ivanilda Reis, Loiva Chansis e o coordenador Marcelo Rosa representaram a FASUBRA na reunião bilateral da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Educação (MSNP-MEC).

Durante o encontro, a entidade destacou a importância da pauta proposta pelo MEC, especialmente no que se refere à democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), prevista no Termo de Acordo de Greve. A FASUBRA ressaltou a necessidade de avançar na revisão da legislação restritiva, como a chamada "Lei dos 70/30", que limita a participação dos técnico-administrativos em cargos de direção e o direito ao voto nas eleições para as reitorias.

A entidade defendeu a paridade nas eleições, o direito de concorrer aos cargos de reitor e de coordenar projetos de pesquisa e extensão, como parte essencial do fortalecimento da

democracia nas IFES.

A bancada sindical cobrou ainda do MEC um posicionamento claro sobre o prazo final do Termo de Acordo de Greve, previsto para 31 de maio, além de exigir objetividade na atuação da mesa bilateral, com encaminhamento efetivo das propostas debatidas. A reunião foi encerrada com o compromisso de um novo encontro para dar continuidade às discussões.

93ª Reunião Ordinária da MNNP-SUS é marcada por debates sobre saúde pública, carreira e fortalecimento do SUS

Nos dias 19 e 20 de maio de 2025, foi realizada a 93ª Reunião Ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS).

O primeiro dia teve início com reuniões internas das bancadas dos trabalhadores e da gestão. No período da tarde, foi realizada a plenária da MNNP-SUS, com a apresentação de pautas por parte da bancada das entidades sindicais. A FASUBRA participou da reunião, representada por Wagner Braga Peres e Melissa Elaine Campos.

A bancada da gestão apresentou as ações prioritárias do Ministério da Saúde, com destaque para as seguintes políticas:

- Saúde da mulher e combate à mortalidade infantil;
- Redução das filas e do tempo de espera para consultas, exames e cirurgias;
- Diagnóstico rápido para pacientes com câncer.

Em seguida, a bancada sindical apresentou suas prioridades, entre as quais se destacam:

- Valorização da carreira no SUS;
- Saúde mental dos trabalhadores;
- Enfrentamento ao assédio e à violência nos ambientes de trabalho.

Durante os debates, o representante da FASUBRA, Wagner Braga Peres, enfatizou a importância de o governo cumprir e respeitar os encaminhamentos pactuados na MNNP-SUS. Reforçou, ainda, a cobrança pelo reajuste salarial igualitário para médicos e médicos-veterinários do PCCTAE, conforme previsto no Termo de Acordo de Greve.

A segunda pauta do dia tratou da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde. O expositor Bruno Guimarães (SESAB) apresentou um panorama preocupante da fragmentação dos serviços de saúde no país e destacou a necessidade de ampliar o debate, bem como de promover ações estratégicas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para a criação da Frente Parlamentar, são necessárias 198 assinaturas de parlamentares. Até o momento, foram coletadas 66 assinaturas. Bruno reforçou o pedido de apoio das entidades presentes para ampliar a adesão.

A FASUBRA considera essa luta urgente e de extrema importância e conclama suas entidades de base a mobilizarem seus parlamentares e senadores estaduais para aderirem a essa iniciativa em defesa da saúde pública e do fortalecimento do SUS.

ENCONTRO NACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

ENCONTRO DA MULHER TRABALHADORA
"Juntas, serão uma força!"

PROGRAMAÇÃO

Dia 06 de junho de 2025

09 às 10h: Credenciamento
10h: Abertura - Coordenação Geral/Mulher Trabalhadora
10h30 - Economia do cuidado
Palestrante: Luba Melo
12h - Almoço
14 às 18h - Violência de Gênero
Palestrantes:
Clarisse Goulart Paradis
Letícia Carolina Nascimento

Dia 07 de junho de 2025

9 às 10h - Convenção 190 OIT
Palestrante: Camila Galetti
10 às 12h - Debate e apresentação de propostas
12h - Almoço
14h - Encaminhamentos






CALENDÁRIO

JUNHO

06 e 07	Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora
13, 14 e 15	Plenária Nacional – Brasília-DF.

JULHO

10 e 11	Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (híbrido)
----------------	--

OUTUBRO

06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTs
----------------	---